

# Pesquisa em políticas públicas do livro e leitura na Ciência da informação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura (2000-2020)

*Research on public policies for books and reading promotion in Information Science in  
Brazil: a systematic review (2000-2020)*

**Everton da Silva Camillo**

Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da  
Universidade Estadual Paulista – UNESP, SP, Brasil; Bibliotecário da Prefeitura Municipal de Cravinhos, SP,  
Brasil.

E-mail: [everton.camillo@unesp.br](mailto:everton.camillo@unesp.br)

**Claudio Marcondes de Castro Filho**

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo – USP, SP, Brasil; Professor do Programa de  
Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, SP, Brasil. Professor do  
curso de Biblioteconomia e Ciência da informação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de  
São Paulo – USP, SP, Brasil.

E-mail: [claudiomarcondes@ffclrp.usp.br](mailto:claudiomarcondes@ffclrp.usp.br)

## Resumo

O estudo parte do pressuposto de que dentre os temas de pesquisa em Ciência da Informação, o de políticas públicas do livro e leitura necessita ser explorado. Tem como objetivo analisar a produção científica sobre políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil nos últimos 20 anos. Recorre à técnica de análise categorial do método de pesquisa Análise de Conteúdo como parte da metodologia. Constatou-se que 19 trabalhos foram recuperados. Eles se enquadraram em cinco categorias distintas, a saber: a) aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura; b) desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura; c) estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura; d) iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura; e) processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura. Averiguou-se que ao longo de 20 anos as lacunas temporais sem publicação no tema de políticas públicas do livro e leitura somam, ao todo, 14 anos. Por outro lado, o decurso com publicações no tema corresponde a apenas seis anos. Portanto, há uma desproporção temática nos estudos. Essa evidência pode sugerir que pesquisadores na área têm a oportunidade de explorar inúmeras lacunas no tema ao investigarem novos fenômenos no campo, condizentes ou não aos categorizados nesta pesquisa. Conclui que outros temas podem ser considerados na hora de se estudar fenômenos novos no tema de políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil. Sendo assim, os pesquisadores da área podem se engajar em projetos de pesquisa que lhes oportunizem explorar lacunas que rendam estudos frutíferos no tema.

**Palavras-chave:** Promoção da Leitura. Políticas Públicas. Revisão Sistemática. Estado da Arte.

## Abstract

The study implies that among the research subjects in Information Science, public policies for books and reading promotion need to be addressed. Its purpose is to investigate the impact of scientific production on public policy addressing the books and reading promotion in Information Science in Brazil over the last 20 years. It incorporates the categorical analysis approach of the Content Analysis research method as part of the methodology. It was revealed that 19 studies were recovered. They are classified into five categories: a) symbolic and evaluative aspects of public policies for books and reading promotion; b) sustainable development within the context of public policies for books and reading promotion; c) metric studies on public policies for books and reading promotion; d) educational and cultural initiatives in public policies for books and reading promotion; e) processes of evaluation, investigation, and establishment of public policies for books and reading promotion. It was observed that over 20 years, the time gaps without publishing on the topic of public policies for books and reading promotion add up to 14 years in total. On the other hand, the time containing publications on the subject amounts to barely six years. Therefore, there is a theme disparity in the studies field. This evidence may suggest that researchers in the domain have the potential to explore several gaps in the issue while exploring novel phenomena in the field, whether or not they are consistent with those categorized in this research. It concludes that other issues can be explored while investigating new phenomena in the public policy for books and reading promotion theme in Information Science in Brazil. Therefore, scholars in the domain might engage in research initiatives that allow them to examine gaps that yield valuable studies on the issue.

**Keywords:** Reading Promotion. Public Policy. Systematic Review. State of Art.

InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 94-117, mar./ago. 2022.

DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v13i1p94-117

## 1. Introdução

Revisar o conhecimento científico publicado nas diferentes fontes de informação é uma atividade essencial para a produção de novos conhecimentos por pesquisadores nas distintas áreas de estudo. Essa atividade, comum na Academia, é chamada de revisão de literatura e “[...] compreende todos os trabalhos publicados que oferecem um exame da literatura abrangendo assuntos específicos” (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 58). Sendo assim, esse tipo de estudo possibilita construir pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos relevantes numa dada área do conhecimento.

Em pesquisa recente, Galvão e Ricarte (2020) deram exemplos do porquê realizar uma revisão de literatura. São justificativas que endereçam o tão fundamental ineditismo nas ciências; este que concretiza o “mover científico” por meio da expansão da literatura especializada num determinado domínio. Segundo esses autores, justifica realizar uma revisão da literatura quando se deseja: a) evitar a duplicação de pesquisas; b) constatar oportunidades de investigação decorrentes de estudos anteriores; c) desenvolver estudos que cubram lacunas da literatura especializada num determinado campo de estudo; d) propor novos temas, problemas, hipóteses e metodologias nas diferentes áreas, dentre outras possíveis aplicações, como visto a seguir em Brizola e Fantin (2016).

Esses estudiosos já haviam considerado que uma revisão de literatura atende aos seguintes anseios científicos: a) delimitar um novo problema de pesquisa; b) auxiliar na busca de novas linhas de investigação; c) evitar abordagens improlíficas; d) identificar trabalhos já realizados num determinado campo; e) evitar que os pesquisadores produzam mais do mesmo (BRIZOLA; FANTIN, 2016). Portanto, a revisão de literatura se constitui como um modo de perceber os trabalhos científicos já publicados sobre um determinado assunto de uma área específica. Por essa razão, tal atividade oportuniza produzir conhecimentos novos devido à constatação de oportunidades de investigação num determinado campo. Ainda, as revisões ajudam a delimitar temas de pesquisa e apresentar novas linhas de investigação, também evitam que pesquisas infrutíferas sejam produzidas e que os estudiosos de um campo específico não produzam o que já consta em abundância na sua área de estudo.

Muito embora tenha sido demonstrada a relevância das revisões de literatura para produzir conhecimento, outro ponto é de crucial exposição neste estudo: a diferença entre as revisões de literatura convencionais e as revisões sistemáticas de literatura (RSL). Novamente,

aborda-se Galvão e Ricarte (2020) para tanto, que apresentam as diferenças entre ambas as modalidades e demonstram as aplicações específicas para cada uma delas.

Tratada por esses estudiosos como “revisão de conveniência” (GALVÃO; RICARTE, 2020), a revisão de literatura convencional é aquela a qual o pesquisador reúne um conjunto de trabalhos científicos obtidos nas mais diversas fontes de informação, com a finalidade de discorrer sobre um assunto, apresentando os possíveis pontos de vista sobre ele, favoráveis ou antagônicos aos defendidos por si. Entretanto, Galvão e Ricarte (2020) destacam que esse tipo de revisão não pressupõe evidenciar os critérios sobre como a revisão foi formulada e conduzida, ou seja, não é esperado que haja nem o registro da sistematização das buscas feitas nas bases de dados nem o registro dos filtros aplicados ao utilizá-las. Portanto, “[...] considerando a falta de explicitação de critérios em sua elaboração, essa modalidade de revisão de literatura possui baixo nível de evidência científica” (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 58). É por esse motivo que suas aplicações são adequadas, por exemplo, à construção de introduções de trabalhos de conclusão de curso (TCC), de dissertações de mestrado e de teses de doutorado.

As RSL ou revisões sistemáticas, por outro lado, vão mais além disso. Ramos, Faria e Faria (2014), ao explicarem as diferenças entre essa modalidade e a outra, consideraram que a RSL emprega uma metodologia de pesquisa com rigor científico. Ela se constitui como um processo transparente que objetiva minimizar o enviesamento da literatura, dado que a coleta de dados é feita de modo exaustivo, levando-se em conta fontes de informação e assuntos ambos específicos. Galvão e Ricarte (2020) também inferem nesse sentido. Os estudiosos defendem que a RSL segue protocolos específicos que conferem logicidade ao *corpus* documental recuperado. Mais além, os pesquisadores concordam que esse tipo de revisão garante a reprodutibilidade da pesquisa, isto é, a reprodução do percurso metodológico do estudo de um terceiro com a finalidade de auditar os resultados constatados. Deste modo, “[...] a revisão sistemática de literatura é uma pesquisa científica composta por seus próprios objetivos, problemas de pesquisa, metodologia, resultados e conclusão [...]” (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 59). Ela segue algumas etapas básicas que prioriza tanto a sua sistematização quanto a sua logicidade e suas possíveis aplicações estão direcionadas à tomada de decisão sobretudo nos contextos público e privado (GALVÃO; RICARTE, 2020).

Depois, elucida-se que a estruturação de uma RSL não obedece a um único método, pois muitas são as propostas metodológicas para se empreender tal modalidade de revisão. Nesse viés, Brizola e Fantin (2016) discorrem que, apesar disso, há um núcleo comum a ser

adotado pelas RSLs. O núcleo “[...] englobaria as etapas das fontes e da busca, da seleção dos estudos, da avaliação da qualidade dos estudos selecionados e a apresentação dos resultados obtidos” (BRIZOLA; FANTIN, 2016, p. 30).

Ramos, Faria e Faria (2014), entretanto, propuseram um trajeto lógico para se empreender uma RSL. Eles defendem como protocolo para se realizar uma RSL as seguintes etapas: a) objetivo – quando se define o problema; b) equações da pesquisa – quando se emprega expressões ou palavras que se combinam por meio dos operadores booleanos *AND*, *OR* e *NOT*; c) âmbito da pesquisa – quando se define as bases de dados onde as buscas serão realizadas; d) critérios de inclusão – quando se define que o estudo é aceitável num determinado contexto; e) critérios de exclusão – quando se exclui do estudo trabalhos que não obedecem ao que foi definido; f) critérios de validade metodológica – quando se assegura a objetividade da pesquisa; g) resultados – quando se registra todos os passos das buscas feitas; h) tratamento dos dados – quando se filtra e analisa criticamente os resultados obtidos.

Respeitando a primeira etapa do trajeto lógico proposto por Ramos, Faria e Faria (2014), é importante que se defina, então, o problema desta RSL. Antes, contudo, é fundamental que se apresente o cenário que direcionou a decisão de realizá-la. Fala-se de uma conjuntura de baixo índice de produção de estudos sobre políticas públicas do livro e leitura particularmente na área da Ciência da Informação no Brasil.

Pesquisadores brasileiros dessa área de estudos têm auxiliado no crescimento do campo científico no país ao divulgarem resultados de estudos nas mais variadas áreas e temas. Dentre estes, um que chama a atenção é o de políticas públicas do livro e leitura, que, apesar de constar em pesquisas na Ciência da Informação, necessita ser explorado melhor, pois há uma baixa profusão de publicações até o momento. Isso justifica a condução desta RSL. Dentre os estudos já concluídos e publicados nacionalmente, desejou-se analisar a produção científica sobre políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil nos últimos 20 anos – o objetivo desta pesquisa. Assim, o problema a ser solucionado nesta revisão se traduz na seguinte questão: qual é o atual estado da pesquisa científica sobre políticas públicas do livro e leitura na área da Ciência da Informação nas duas últimas décadas no Brasil?

O recorte temporal de 20 anos, ou seja, do ano 2000 ao 2020, justifica-se pelo desejo de abranger os anos imediatamente anteriores ao de 2006, momento em que se publica uma das mais proeminentes políticas públicas de promoção da leitura no Brasil, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Sendo assim, optou-se por estabelecer o período de duas décadas como

intervalo de tempo da investigação, possibilitando visualizar resultados de pesquisa nos instantes pré e pós PNLL. Em seguida, apresenta-se os pormenores da metodologia desenvolvida, que mais adiante será visto representado em imagem.

## 2. Metodologia

Como parte do planejamento da RSL, determinou-se o seu objetivo, as questões que se deseja responder, a intervenção de observação, o grupo de controle, a população em foco, os resultados esperados, a serventia da aplicação, as fontes de informação pré-selecionadas, as fontes de informação definitivas, o idioma utilizado durante as buscas, as palavras-chave adotadas durante as buscas, os critérios de seleção, de qualidade, de inclusão e de exclusão dos trabalhos, as estratégias de busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e o critério de validade metodológica.

Registrou-se, ao longo da condução da revisão, nove buscas na BRAPCI e cinco na BDTD, feitas entre os dias 03, 04 e 07 de agosto de 2021, com a aplicação das estratégias de busca previamente estabelecidas na seção de planejamento da RSL. Optou-se pela BRAPCI porque ela é uma base de dados que congrega produções científicas (artigos e trabalhos de evento) especificamente na área de Ciência da Informação. Ela dispõe ainda de 40 periódicos indexados e ativos e outros 17 considerados históricos, isto é, descontinuados (BASE DE DADOS REFERENCIAL DE ARTIGOS DE PERIÓDICO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2021; BUFREM *et al.*, 2010). A BDTD, por outro lado, é um canal onde se integra e dissemina textos completos de teses e dissertações defendidas em instituições brasileiras de ensino e pesquisa (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2021) e por meio dela foi possível recuperar pesquisas de mestrado e doutorado defendidas na Ciência da Informação.

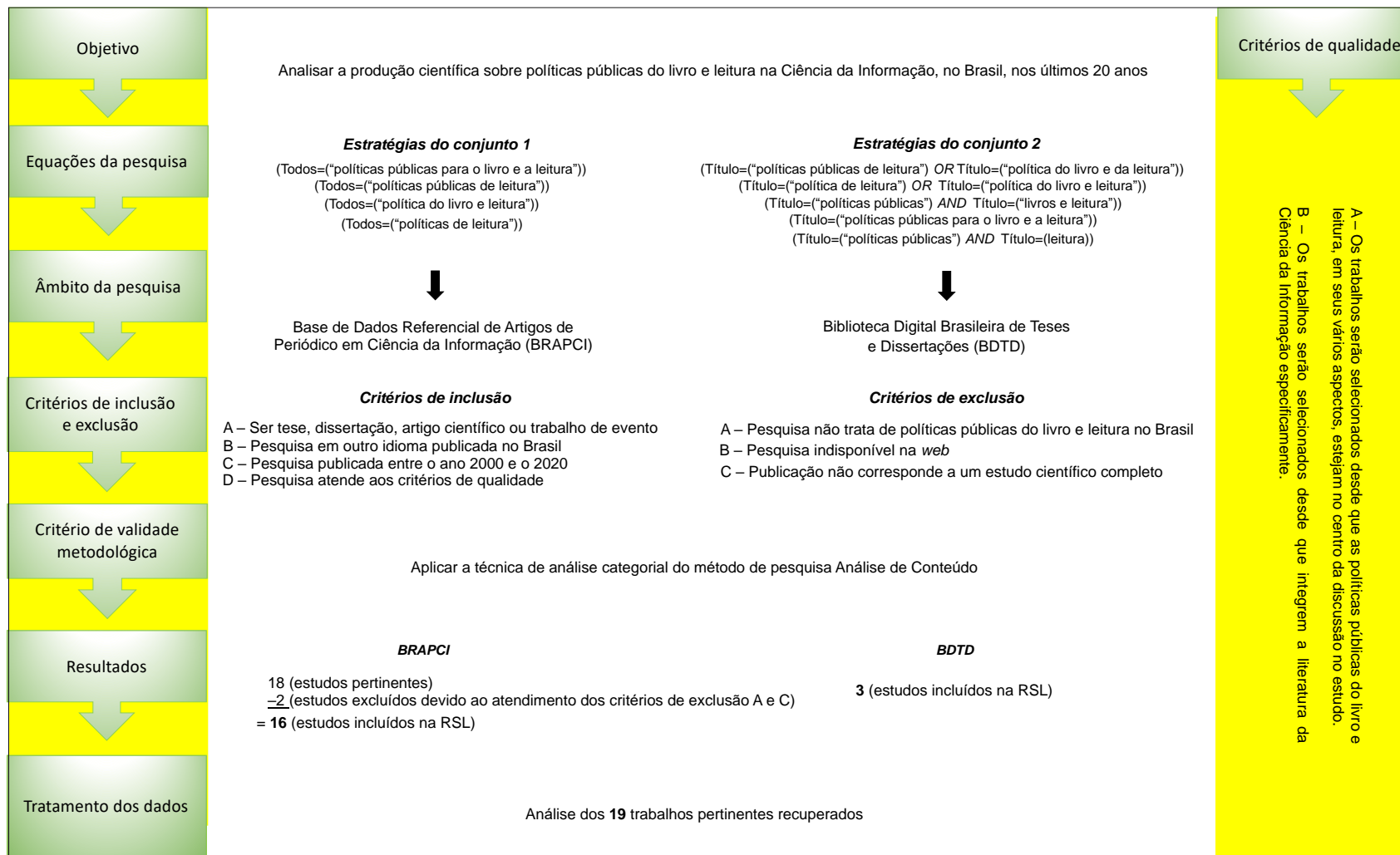
Na BDTD, utilizou-se os operadores booleanos *AND* e *OR* nas buscas avançadas. Na BRAPCI, contudo, não se empregou operadores, dado que ela não dispõe do mecanismo de busca avançada por cruzamento de múltiplos campos de metadados. No âmbito dessa fonte, ainda, esclarece-se que as buscas foram efetivadas com a ativação do campo “Todos”, que oportunizou a recuperação de trabalhos cuja palavra-chave pesquisada estivesse no campo “Autores”, ou no “Título”, ou no “Palavras-chave”, ou no “Resumo” ou no “Texto completo”.

Isso viabilizou a busca abrangente dos termos nos diferentes campos de metadados das produções científicas indexadas na base.

Embora tenha sido registrado 212 trabalhos relevantes como resultado da soma de todas as buscas feitas unicamente na BRAPCI, desse total apenas 18 se referiam a trabalhos pertinentes e inéditos nas buscas, mas dois deles não atenderam aos critérios de qualidade. No caso da BDTD, foram 59 trabalhos relevantes recuperados na soma das buscas, porém apenas três deles eram pertinentes, inéditos e atendiam aos critérios de qualidade. Após isso, as 21 pesquisas restantes foram submetidas aos critérios de inclusão e exclusão. Desta forma, isso implicou na inclusão de 19 trabalhos na RSL, sendo excluídos dois do total de 21, portanto.

Finalmente, ao longo da extração dos dados para a revisão, extraiu-se os dos trabalhos pertinentes selecionados e que foram incluídos na RSL. Neles, os dados extraídos corresponderam aos seguintes campos e referências: autoria; canal de publicação; ano de publicação; tipo de publicação; objetivo do estudo; método utilizado no estudo; resultado obtido com o estudo; conclusão do estudo. A Figura 1, a seguir, demonstra as etapas lógicas da RSL vistas na obra de Ramos, Faria e Faria (2014), bem como os dados obtidos nas buscas feitas na BDTD e na BRAPCI.

Figura 1 – Etapas lógicas da Revisão Sistemática da Literatura.



Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa e em Ramos, Faria e Faria (2014).

Em “Objetivo”, na figura, consta o objetivo que esta revisão sistemática visou alcançar. Em “Equações da pesquisa”, descreveu-se dois conjuntos de estratégias de busca, sendo as “Estratégias do conjunto 1”, utilizadas no âmbito da BRAPCI, e as “Estratégias do conjunto 2”, na BDTD. Deste modo, ambas as bases de dados conformam o chamado “Âmbito da pesquisa”.

Os “Critérios de inclusão e exclusão” se referem aos classificadores dos trabalhos científicos pertinentes recuperados. Assim, os estudos obtidos nas buscas foram admitidos na revisão caso fossem, necessariamente, uma tese, uma dissertação, um artigo científico ou um trabalho de evento.

As publicações pertinentes deviam atender, também, aos critérios de qualidade para que fossem incluídas na revisão sistemática. Esses critérios são os seguintes: a) os trabalhos serão selecionados desde que as políticas públicas do livro e leitura, em seus vários aspectos, estejam no centro das discussões no estudo; b) os trabalhos serão selecionados desde que integrem, de maneira específica, a literatura de Ciência da Informação.

No caso dos critérios de exclusão apresentados, atender a um dos três disponíveis incidiu na remoção do trabalho da revisão sistemática planejada. Desta forma, os critérios de exclusão são estes: a) pesquisa não trata de políticas públicas do livro e leitura no Brasil; b) pesquisa indisponível na web; c) publicação não corresponde a um estudo científico completo.

O “Critério de validade metodológica” adotado nesta pesquisa correspondeu ao lançar mão da técnica de análise categorial do método de pesquisa Análise de Conteúdo. Enquanto esse método consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam à descrição do conteúdo das mensagens por meio de indicadores qualiquantitativos ao estabelecer procedimentos sistemáticos e objetivos para tanto, a técnica da análise categorial trata da divisão dos componentes da mensagem em rubricas ou categorias (BARDIN, 2016).

As categorias elaboradas para representar a síntese da revisão foram pensadas a partir da abordagem baseada no procedimento de tipo aberto, portanto a posteriori. Isso significa que o pesquisador, após realizar uma “leitura flutuante” (BARDIN, 2016) do conjunto de documentos, constrói as categorias com base nas impressões emanadas da sua rápida leitura. Sendo assim, as categorias elaboradas foram as seguintes: a) aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura; b) desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura; c) estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura; d) iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura; e) processos de



avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura. Categorizou-se o conteúdo do objetivo de cada estudo recuperado das bases de dados. As pesquisas somam 19 trabalhos científicos recuperados e simultaneamente compreendidos como pertinentes, sendo que 16 desse total são oriundos da BRAPCI e três, da BDTD.

O momento do “Tratamento dos dados” consiste na seção onde a síntese da revisão acontece. Nela, são estabelecidas relações entre os estudos recuperados e feitas inferências qualitativas e/ou quantitativas correspondentes aos campos de extração de dados. Portanto, o tratamento é visto logo em seguida, quando se começa a constituir a síntese da revisão – o resultado da pesquisa.

### 3. Descrição do conteúdo das categorias

Nesta seção, o conteúdo das categorias será descrito apropriadamente antes da composição da síntese de revisão. Desta maneira, inicia-se o processo com a descrição do conteúdo da categoria “Aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura”, cujo número de estudos classificados correspondeu a um.

- *Aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura*

O estudo denominado “A valorização simbólica da leitura no Plano Nacional do Livro e Leitura: uma análise” é um artigo científico publicado por Farias (2017) no periódico “Em Questão”. A pesquisa trata de uma investigação que teve como objetivo identificar e discutir as proposições do PNLL na valorização da leitura como um bem cultural.

Já em outra vertente, é apresentado um único estudo recuperado que foi categorizado no âmbito dos estudos métricos. Ele compôs a categoria “Estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura” e é visto subsequentemente.

- *Estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura*

A pesquisa denominada “Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: percebendo os cenários nacional e internacional” foi construída por Silva *et al.* (2019) e publicada no

periódico “Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação”. Nela, os autores averiguaram a produção bibliográfica sobre políticas públicas voltadas à leitura e às bibliotecas escolares nos âmbitos nacional e internacional a partir de buscas feitas na base de dados *Library and Information Science Abstracts* (LISA).

As pesquisas apresentadas em seguida se relacionam com iniciativas educacionais e culturais. Por essa razão, elas constituíram uma classe distinta, chamada “Iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura”.

- *Iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura*

No ano 2000, Leite e Schmidt (2000) publicaram o artigo intitulado “A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal “Prof. Ernesto Manoel Zink”” no periódico, hoje histórico, chamado “Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins”. O estudo teve como objetivo investigar se a Biblioteca Municipal “Prof. Ernesto Manoel Zink” representava para os moradores de Campinas uma possibilidade de inserção no mundo da escrita.

Uma outra investigação foi nesse sentido. Ela teve como objetivo divulgar as atividades de leitura e de ação cultural realizadas na Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller de Blumenau, em Santa Catarina e foi produzida por Silva (2013), intitula-se “Biblioteca municipal de Blumenau: experiências no incentivo à leitura e na captação de recursos” e foi publicada no periódico “Revista ACB”.

Em seguida, são apresentados trabalhos que demonstram aproximações entre as políticas públicas do livro e leitura e o desenvolvimento sustentável. Tal vínculo culminou na proposição da categoria “Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura”.

- *Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura*

Em 2019, Camillo e Castro Filho (2019a, 2019b) publicaram dois estudos sobre políticas públicas do livro e leitura que apresentam aproximações entre essa temática e a do desenvolvimento sustentável segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), como consta na sua macropolítica universal denominada Agenda 2030. O nome da primeira pesquisa, publicada no periódico “Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação”, é “Política

Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030: quais as convergências?” (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2019b), e o da segunda, apresentada no “XX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB)” ocorrido em Florianópolis-SC, é “Aderências entre o ODS 4 e políticas públicas de leitura do Brasil e Chile” (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2019a). O objetivo do primeiro estudo consistiu em apresentar convergências entre a PNLE e o ODS 4 da ONU e do segundo, apresentar aderências entre os objetivos da PNLE e os da *Política Nacional de la Lectura y el Libro 2015-2020*, do Chile, com os objetivos do ODS 4.

No entanto, no ano seguinte à publicação desse estudo, os mesmos estudiosos (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020a) publicaram um novo trabalho cujo objetivo foi similar ao visto anteriormente, desta vez, porém, envolvendo políticas públicas do livro e leitura de países da América do Sul. O título da investigação é “Convergências entre as políticas públicas nacionais de promoção do livro, leitura e bibliotecas sul-americanas e o ODS 4 da Agenda 2030: o que há por trás?”, publicado no periódico “Encontros Bibli”. Nessa investigação, objetivou-se identificar e mensurar as convergências existentes entre os objetivos de políticas públicas nacionais do livro, leitura e biblioteca sul-americanas e as dez metas do ODS 4.

Ainda em 2020, Camillo (2020) introduziu à literatura da Ciência da Informação algumas diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas com foco no ODS 4 da Agenda 2030 e direcionadas aos países sul-americanos. O título da dissertação, defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) é “Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030” e seu objetivo, tão similar quanto o título, consistiu em estabelecer diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas que sejam capazes de assegurar os princípios de educação de qualidade do ODS 4 da Agenda 2030 em países sul-americanos.

Posteriormente, o resultado dessa pesquisa culminou na publicação do estudo de Camillo e Castro Filho (2020b), intitulado “Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul”, publicado no periódico “Informação & Informação”. Na realidade, esse estudo trata de um recorte da recém-vista pesquisa de Camillo (2020), porém publicado em coautoria com o professor Claudio Marcondes de Castro Filho, seu orientador de mestrado.

Em seguida, são apresentados os trabalhos científicos que, por tratarem da avaliação, pesquisa exploratória e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura, foram

categorizados como “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura”.

- *Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura*

A pesquisa de Jambeiro, Borges e Barros (2006), com o título de “Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador”, publicada no periódico “Liinc em Revista”, almejou identificar e analisar as políticas nacionais e locais de promoção do livro e de incentivo à leitura e seus reflexos na indústria editorial de Salvador, na Bahia.

No ano seguinte àquele, Gonçalves (2007) investigou um fenômeno parecido ao de Jambeiro, Borges e Barros (2006), porém em Pelotas, no Rio Grande do Sul. O trabalho, nomeado como “Incentivo à leitura nas bibliotecas escolares da rede pública municipal de Pelotas e a inexistência de políticas públicas sistematizadas (1987-2003)”, publicado no periódico “Biblos”, teve como objetivo investigar a existência de uma política sistematizada de incentivo à leitura na rede pública municipal de ensino de Pelotas, no Rio Grande do Sul, entre os anos 1987 e 2003.

Foi no sentido de refletir os investimentos públicos em políticas públicas do livro e leitura e biblioteca escolar que Salciotto (2012), em 2012, conduziu o estudo nomeado de “Programa Nacional de Biblioteca da Escola: políticas públicas de leitura a partir da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU)”. A pesquisa, que foi publicada no periódico “Ciência da Informação”, teve como objetivo avaliar aspectos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) a partir da atuação do TCU.

Ainda em 2012, as estudiosas Silva, Bernardino e Nogueira (2012) publicaram o resultado de uma pesquisa cujo objetivo foi pesquisar as políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil e mapear os principais estudos ao traçar um paralelo entre ações e projetos do governo e ações isoladas de terceiros. Foi em decorrência disso que seu trabalho foi nomeado como “Políticas públicas para a leitura no Brasil: implicações sobre a leitura infantil”, publicado no periódico “Ponto de Acesso”.

Posteriormente, em 2016, Marsulo (2016) encabeçou o estudo denominado “O Profissional da informação na elaboração de políticas públicas: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)”, que teve como objetivo analisar a inserção do profissional da informação como agente central na compreensão das demandas informacionais no âmbito do

ciclo das políticas públicas. A pesquisadora se debruçou sobre a necessidade de demonstrar o quanto relevante é a inserção do profissional da Biblioteconomia nos processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura.

Pinheiro (2016), por outro lado, também em 2016, enfatizou o processo de construção das políticas públicas do livro e leitura. O pesquisador defendeu sua dissertação de mestrado no PPGCI da Universidade de São Paulo (USP), pesquisa cujo título é “Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo”. O objetivo do estudo consistiu em analisar o processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) em São Paulo.

Subsequentemente a esse estudo, a pesquisa de Pinheiro e Almeida (2017) se constituiu de um recorte da dissertação de Pinheiro (2016). O estudo em coautoria com seu orientador de mestrado – Marco Antônio de Almeida – foi publicado no “XVIII ENANCIB”, ocorrido na cidade de Marília, em São Paulo. A investigação tem como título “A participação social na construção do plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca de São Paulo” e objetivou analisar o histórico da construção do PMLLLB de São Paulo sob a perspectiva dos seus atores.

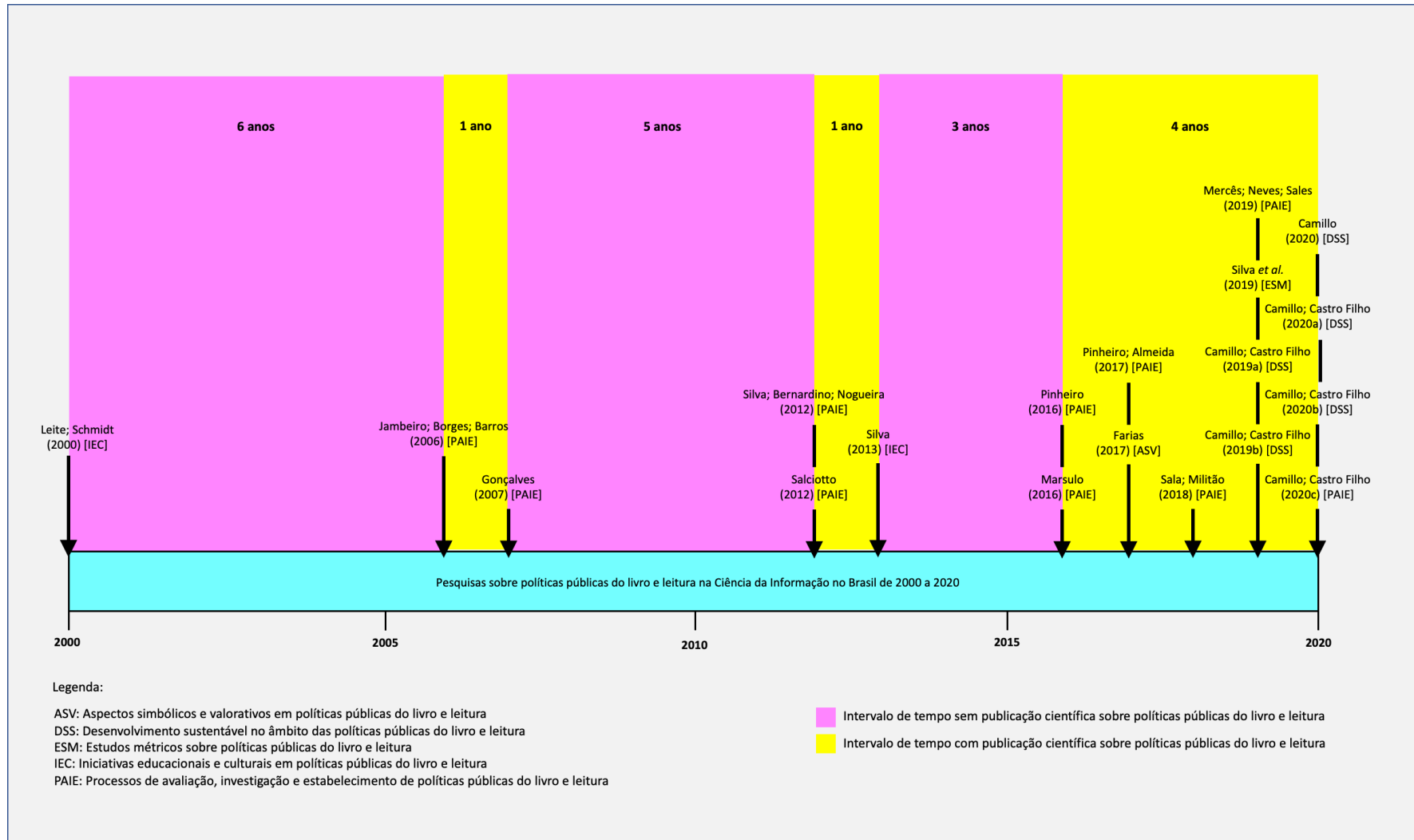
Sala e Militão (2018), ao produzirem um raciocínio similar ao de Pinheiro e Almeida (2017), acreditam que em Anhumas, cidade do Interior de São Paulo, houve contribuições locais significativas decorrentes da elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura de Anhumas-SP. Foi por esse motivo que o estudo, publicado no anais do “XIX ENANCIB”, ocorrido em Londrina, no Paraná, foi intitulado de “O Plano Nacional do Livro e Leitura e suas contribuições para a Biblioteca Escolar: o caso do município de Anhumas-SP”. O objetivo da pesquisa consistiu em analisar as decorrentes contribuições do Plano Municipal do Livro Leitura e Literatura do município de Anhumas.

Já em 2019, Mercês, Neves e Sales (2019) trouxeram o PNBE à discussão científica. As pesquisadoras publicaram seu estudo nomeado “O incentivo à leitura na educação básica, a partir do PNBE” no periódico “Revista P2P e Inovação”. O objetivo da pesquisa foi problematizar a atuação do PNBE como uma política pública educacional de acesso ao livro na Educação Básica brasileira.

Por último, um estudo que fez relações com um documento português foi o empreendido por Camillo e Castro Filho (2020c). Os pesquisadores tiveram como objetivo apresentar as intencionalidades do Plano Nacional de Leitura (PNL), de Portugal, e do brasileiro PNLL. Assim, a pesquisa foi intitulada “Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal”, publicada no periódico “Revista ACB”.

Logo em seguida, a Figura 2 agrupa as pesquisas recuperadas por ano e as dispõe numa representação gráfica no estilo linha do tempo. Isso possibilitou apresentar a disposição temporal da ocorrência das pesquisas em políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil entre os anos 2000 e 2020.

Figura 2 – Pesquisas sobre políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil (2000-2020).



Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O conteúdo da figura é destrinchado na seção a seguir, onde é desenvolvida a síntese da revisão.

#### 4. Síntese da revisão

As colunas em lilás na imagem ilustram o intervalo de tempo sem publicação científica sobre políticas públicas do livro e leitura. O primeiro hiato ocorreu entre o ano 2000 e o 2006. O segundo intervalo é visto entre os anos 2007 e 2012. O terceiro momento, por outro lado, entre 2013 e 2016. Portanto, as lacunas sem publicação no tema somam, ao todo, 14 anos. Isso indicia que, do total de 20 anos, apenas seis podem ser considerados profícuos para a produção de pesquisas científicas em políticas públicas do livro e leitura. Esse quantitativo está representado nas colunas em amarelo, que evidenciam o intervalo de tempo com publicação científica sobre o tema.

Apesar de haver estudos científicos publicados nos anos 2000, 2006, 2007, 2012 e 2013, foi a partir de 2016 que o número de publicações sobre políticas públicas do livro e leitura se tornou recorrente ano após ano nas bases de dados verificadas.

Enquanto no ano 2000 o primeiro estudo recuperado, de Leite e Schmidt (2000), tratava da pesquisa em políticas públicas do livro e leitura na categoria “Iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura”, as publicações ocorridas nos anos 2006 (JAMBEIRO; BORGES; BARROS, 2006), 2007 (GONÇALVES, 2007) e 2012 (SALCIOTTO, 2012; SILVA; BERNARDINO; NOGUEIRA, 2012) trataram, tematicamente, de assuntos ligados aos “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura”. Em 2013, contudo, um estudo recuperado, de Silva (2013), ainda demonstrou vínculo com o tema “Iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura”.

Em seguida, os anos que vão de 2016 a 2020 representam um momento profícuo para as pesquisas na temática de políticas públicas do livro e leitura. Registrou-se quatro categorias distintas nesse intervalo de tempo. A “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura” é a classe com o número mais expressivo de aderências na pesquisa. Ela foi registrada em 2016 (MARSULO, 2016; PINHEIRO, 2016), 2017 (PINHEIRO; ALMEIDA, 2017), 2018 (SALA; MILITÃO, 2018) e 2020 (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020c).



A categoria “Aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura” foi registrada apenas uma vez, em 2017 (FARIAS, 2017). Em 2019, no entanto, uma outra categoria, também registrada apenas uma vez, é indicada. Trata-se da de “Estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura”, cujo estudo aderente é o de autoria de Silva *et al.* (2019).

A classe “Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura”, por fim, é evidenciada apenas a partir de 2019, incidindo ainda no ano de 2020. Nessa categoria, Camillo (2020) e Camillo e Castro (2019a, 2019b, 2020a, 2020b) foram os pesquisadores que nutriram reflexões. Vale destacar que das cinco categorias constatadas nesta investigação, duas chamam a atenção, sendo esta uma delas. A outra é a de “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura”.

Isso posto, Bomeny (2009) relatou em estudo publicado há mais de uma década que políticas públicas de governo que objetivavam melhorar a capacidade leitora da população de países da América Latina começaram a surgir por volta de 1980 e isso foi ratificado em Cordeiro (2018), que destacou o Brasil, excepcionalmente. A expansão das políticas públicas de incentivo ao livro e à leitura na América Latina decorreu do processo de redemocratização iniciado em muitos países da Região nas décadas de 1980, inclusive no Brasil. Nesse sentido, programas públicos de amplo incentivo à leitura se avolumaram no país em meados dessa década, isso quando a população brasileira chegou aos 120 milhões de habitantes; um crescimento significativo se comparado ao das décadas anteriores (CORDEIRO, 2018).

Entretanto, muito antes de ocorrerem esses feitos das décadas de 1980 para as políticas públicas do livro e leitura, iniciativas governamentais acerca da leitura no Brasil foram inauguradas antes, na década de 1930. É como constatou Cordeiro (2018). Isso se deveu, na realidade, ao interesse do Estado brasileiro em construir uma imagem do país como nação em ascensão em pleno estado de desenvolvimento; um pseudodesenvolvimento, porém.

Deste modo, é possível inferir que os acontecimentos das décadas de 1930 ressoam até os dias atuais no que tange ao estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura e à sua avaliação. Ao se considerar necessariamente os estudos científicos que constam na categoria “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura”, tem-se como pressuposto que o que motivou as suas construções foram as inúmeras tentativas do Estado e governos brasileiros de incentivar a leitura desde as décadas de 1930, quando

muitas das políticas, à época, não atingiram seus objetivos de formar leitores efetivos de modo amplo no país.

Sala (2018), inclusive, realizou um levantamento histórico, mas não exaustivo, das instituições políticas fundamentais e dos programas e projetos do Governo Federal no âmbito da promoção do livro, da leitura e das bibliotecas no Brasil. A pesquisadora objetivou com isso apresentar uma percepção histórica sobre como a temática da promoção do livro, leitura e biblioteca tem sido abordada pelo Estado brasileiro. Foi visto que ao longo de aproximadamente 80 anos, isto é, de 1937 a 2016, muitas políticas governamentais de incentivo à leitura se iniciaram e se encerraram, algumas delas como políticas de Estado, que são estruturantes, constantes, perduram ao longo do tempo e perpassam os governos, e outras como políticas de governo, que são normalmente canceladas por chefes do Poder Executivo (prefeitos, governadores e presidentes) como parte das suas campanhas e atendem a situações específicas em função da conjuntura que se vive no período de vigência do mandato.

Desta maneira, conclui-se que a inconstância e fracasso dos programas e projetos de incentivo ao livro e à leitura desde as décadas de 1930 e, posteriormente, de 1980, contribuíram para que pesquisadores em Ciência da Informação no Brasil averiguassem fenômenos relacionados à implementação e avaliação das políticas públicas do livro e leitura no país, partindo de questionamentos como o de Leite e Schmidt (2000), sobre as iniciativas educacionais e culturais no âmbito das políticas públicas do livro e leitura. O estudo desses pesquisadores é um dos poucos recuperados na Ciência da Informação ainda no fim no século XX no Brasil, sendo que ele é o único que corporifica, nesta pesquisa, a categoria “Iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura”.

Isso talvez justifique o porquê estudos que enfatizam sobretudo a inconstância e fracasso dos programas e projetos de incentivo ao livro no Brasil têm sido produzidos até o presente. E mais. Justificaria, ainda, a curiosidade científica quanto a evidenciar as métricas da produção de pesquisas no tema de políticas públicas do livro e leitura, como desenvolvido por Silva *et al.* (2019), cujo estudo foi classificado em “Estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura”.

É possível inferir, até mesmo, que produções científicas classificadas em “Aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura” denunciam preocupações quanto ao simbolismo e valores veiculados pelas políticas públicas do livro e leitura ao longo das décadas. Sala (2018, p. 96) recorda ao seu leitor que “Políticas públicas tratam do conteúdo

concreto e conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.”. Assim, compreende-se com base nisso o quão válido é investigar o simbolismo incutido nesse tipo de documento, dado que ele contribui para valorizar a leitura e o incremento do seu valor simbólico, como visto no registro documental do Brasil (2006).

A categoria denominada “Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura” surge na linha do tempo apenas em meados de 2019. Esta é uma época em que as discussões acerca do clima no planeta, desastres naturais decorrentes do efeito estufa e crises humanitárias previstas nos vários continentes estão em voga na ampla maioria dos meios de comunicação, tendo sido impulsionadas pela ONU desde por volta do ano 2000, quando lançados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e depois em 2015, com os ODSs (CASTRO FILHO, 2018).

Tem-se como amplamente aceito na comunidade científica que uma solução para se combater ou amenizar consequências das mudanças climáticas e suas implicações no mundo consiste em promover o desenvolvimento sustentável ao se ponderar as pessoas, as instituições e o meio ambiente nos desenvolvimentos social e econômico (SACHS, 2009). Assim, a expectativa do desenvolvimento sustentável está em que as ações desenvolvidas com base nele culminem no estabelecimento da sustentabilidade na sociedade, nos seus distintos nichos – uma filosofia que aborda o amplo desenvolvimento social e econômico sem desconsiderar os efeitos disso para as futuras gerações.

Diante desse cenário, Camillo (2020) e Camillo e Castro Filho (2019a, 2019b, 2020a, 2020b) avaliaram a pertinência de envolver o desenvolvimento sustentável nas produções científicas sobre políticas públicas do livro e leitura. Isso se deveu ao pressuposto do qual os pesquisadores partem, que abrange a reflexão de que se os modos de desenvolvimento social e econômico se alteram ao longo do tempo devido a ameaças internas e externas ao país, no caso o Brasil, as políticas públicas dos diversos nichos devem, então, adequar-se de igual modo às demandas percebidas no atual cenário para que a expectativa de resolução dos problemas públicos seja viável. Logo, convém que as políticas públicas do livro e leitura também sejam vistas sob novos ângulos e por isso coube/cabe envolvê-las no contexto do desenvolvimento sustentável. Foi baseado nessa visão que os estudos produzidos por aqueles pesquisadores se tornaram evidentes nos dois últimos anos, isto é, 2019 e 2020.

Portanto, pode-se inferir ante às acepções desenvolvidas nesta subseção que se considerou ínfimo o número de fenômenos averiguados no âmbito das pesquisas sobre políticas

públicas do livro e leitura nos últimos 20 anos na Ciência da Informação brasileira. Há uma desproporção temática nos estudos. Essa evidência pode sugerir que pesquisadores na área têm a oportunidade de explorar inúmeras lacunas no tema ao investigarem novos fenômenos no campo, condizentes ou não aos categorizados nesta pesquisa.

## 5. Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a produção científica sobre políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil nos últimos 20 anos. Após ter desenvolvido uma RSL ao se considerar as etapas vistas em Ramos, Faria e Faria (2014), assim como ao se valer do método de pesquisa Análise de Conteúdo, constatou-se que o objetivo do estudo foi atingido.

As pesquisas sobre políticas públicas do livro e leitura publicadas ao longo de 20 anos, isto é, de 2000 a 2020, variam tematicamente entre cinco categorias. Elas são estas: aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura; estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura; iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura; desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura; processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura. Cada classe expressa um conjunto de objetivos e enfoques percebidos no contexto de um estudo científico isolado ou de um determinado conjunto de estudos.

Apesar do surgimento das cinco categorias da pesquisa, averiguou-se que ao longo de duas décadas as lacunas temporais sem publicação no tema de políticas públicas do livro e leitura somam, ao todo, 14 anos. Isso indica que do total de 20 anos, apenas seis registraram produções no tema, sendo que o decurso com maior proficuidade de trabalhos, anos após ano, foi o entre os anos 2016 e 2020.

Depois, dentre todas as categorias da pesquisa, duas se destacaram. Elas são a “Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura” e a “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura”. A relevância da primeira está em que, por meio dela, demonstrou-se que estudos com tal enfoque evidenciam a preocupação que pesquisadores têm tido atualmente quanto à necessidade de que as políticas públicas, neste caso as do livro e leitura, adequem-se às demandas percebidas no atual cenário, no que se refere às mudanças de visão para os

desenvolvimentos social e econômico. Por outro lado, a relevância da segunda categoria está em que os acontecimentos das décadas de 1930 e 1980 na política brasileira ressoam até os dias atuais no que tange ao estabelecimento de políticas públicas de promoção da leitura e à sua avaliação. Por esse motivo, um considerável número de trabalhos científicos hoje em dia objetiva avaliar, investigar e questionar o estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura no Brasil.

Por fim, o estudo conclui que mais além das categorias verificadas neste estudo, que representam os temas comumente investigados na Ciência da Informação brasileira no tópico de políticas públicas do livro e leitura, outros temas podem ser considerados na hora de se estudar fenômenos novos com essa abordagem de promoção da leitura no campo. Desta maneira, pesquisadores que se interessem por esse contexto de investigação podem se engajar em projetos de pesquisa que lhes oportunizem explorar lacunas que rendam estudos frutíferos no tema.

## Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASE DE DADOS REFERENCIAL DE ARTIGOS DE PERIÓDICO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (BRAPCI). **Sobre a BRAPCI**, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/about>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BOMENY, H. Leitura no Brasil, leitura do Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [S. l.], n. 60, 2009, p. 11-32. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1619>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília: 2006.

BRIZOLA, J.; FANTIN, N. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale dos Arinos**, Juara, v. 3, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BUFREM, L. S. *et al.* Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35867>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CAMILLO, E. S. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030**. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,

Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020. Disponível em:  
<http://hdl.handle.net/11449/191535>. Acesso em: 05 mar. 2021.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Aderências entre o ODS 4 e políticas públicas de leitura do Brasil e Chile. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2019a, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019a. p. 1-9. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1034/495>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Convergências entre as políticas públicas nacionais de promoção do livro, leitura e bibliotecas sul-americanas e o ODS 4 da Agenda 2030: o que há por trás? **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 25, p. 1-23, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e68384/43015>. Acesso em: 09 maio 2020.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 327-356, 2020b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/156416>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 113-130, 2020c. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/138095>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e o ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 340-358, 2019b. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1337/1189>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CASTRO FILHO, C. M. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 355-372, 2018. DOI: 10.20396/rdbci.v16i3.8650931. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650931>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CORDEIRO, M. B. S. Políticas públicas de fomento à leitura no Brasil: uma análise (1930-2014). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/WbBCbJNVTSp4jqT8P4T5c9f/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FARIAS, F. G. A valorização simbólica da leitura no Plano Nacional do Livro e Leitura: uma análise. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 78-97, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245232.78-97>. Acesso em: 07 out. 2020.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set./fev. 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 31 jul. 2021.

GONÇALVES, R. B. Incentivo à leitura nas bibliotecas escolas da rede pública municipal de Pelotas e a inexistência de políticas públicas sistematizadas (1987-2003). **Biblos**, Rio Grande, v. 20, p. 245-256, 2007. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/735/226>. Acesso: 07 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. **O que é**, 2021. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs>. Acesso em: 01 ago. 2021.

JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; BARROS, S. Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 152-163, set. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95155>. Acesso em: 08 out. 2020.

LEITE, S. A. S.; SCHMIDT, L. V. A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal “Prof. Ernesto Manoel Zink”. **Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 1, n. 3, p. 1-30, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/63208>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MARSULO, T. M. **O Profissional da Informação na elaboração de políticas públicas: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)**. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/139451>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MERCÊS, D. P. B.; NEVES, B. C.; SALES, M. A. O incentivo à leitura na educação básica, a partir do PNBE. **Revista P2P e Inovação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 88-103, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/122870>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PINHEIRO, R. Q.; ALMEIDA, M. A. A participação social na construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...]. Marília: UNESP, 2017. p. 1-21. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/125204>. Acesso em: 07 out. 2020.

PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo**. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10052017-091316/pt-br.php>. Acesso em: 15 ago. 2021.

RAMOS, A.; FARIA, P. M.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em ciências da educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan./abr. 2014. Disponível: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2269>. Acesso em: 31 jul. 2021.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALA, F.; MILITÃO, S. C. N. O Plano Nacional do Livro e Leitura e suas contribuições para a Biblioteca Escolar: o caso do município de Anhumas-SP. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 1842-1861. Disponível em:

[http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX\\_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1324/1529](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1324/1529).

Acesso em 16 out. 2020.

SALA, F. **Políticas públicas do livro, leitura e biblioteca escolar no Brasil**: das iniciativas federais à implementação municipal. 2018. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154102>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SALCIOTTO, T. L. Programa Nacional de Biblioteca da Escola: políticas públicas de leitura a partir da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 2/3, p. 122-132, 2012. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21295>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVA, M. B.; BERNARDINO, M. C.; NOGUEIRA, C. R. Políticas públicas para a leitura no Brasil: implicações sobre a leitura infantil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 20-46, abr. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/86157>. Acesso em: 07 out. 2020.

SILVA, R. C. *et al.* Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: percebendo os cenários nacional e internacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 21-48, set./dez. 2019. Disponível em:

<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1238/1149>. Acesso em: 08 mar. 2021.

SILVA, S. C. Biblioteca municipal de Blumenau: experiências no incentivo à leitura e na captação de recursos. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 658-675, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71800>. Acesso em: 15 ago. 2021.

Artigo submetido em: 03 set. 2021

Artigo aceito em: 15 maio 2022